

**NESTA EDIÇÃO**

**Abrasca promove entrega do 11º Prêmio Imprensa, 2**

**CANC discute efeitos de impostos diferidos de acordo com o CPC 32, 2**

**COJUR debate Stock Options, 3**

**Gente, 4**

*Petrobras: Diretor de Governança volta ao cargo*  
*BB elege membros do Comitê de Auditoria*

**Notas S&C, 4**

*AES Tietê: acordo de investimento*

*Itaú: distribuição de dividendos*

*Rossi: Cade aprova fim de joint venture*

*Embraer: encomenda de 20 E-Jets*

**Semana no Congresso, 4**

**Calendário do Conselho Diretor/Diretoria 2017/2018, 6**

**Expediente**

**Sistema de Informação Abrasca às Companhias Abertas - SIA & CIA** é editado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas, São Paulo: Av. Brig. Luis Antônio, 2504 - Conj 151 - CEP 01402-000 - tel e fax (11) 3107-5557; Rio de Janeiro: Rua da Conceição, 105 - Salas 1304 e 1305 - CEP 20051-011 - tel (21) 2223-3656 - [www.abrasca.org.br](http://www.abrasca.org.br) - [abrasca@abrasca.org.br](mailto:abrasca@abrasca.org.br)

Alfried Karl Plöger - Presidente; Frederico Carlos Gerdau Johannpeter - 1º Vice-Presidente; José Salim Mattar Junior - 2º Vice-Presidente; Maurício Perez Botelho - 3º Vice-Presidente;

Antonio D. C. Castro, Guilherme Setubal Souza e Silva, Henry Sztutman, João Roberto Massoco Júnior, Luiz Serafim Spínola Santos, Maria Isabel Bocater, Morvan Figueiredo Paula e Silva, Paulo Cezar Aragão - Diretores.

Eduardo Lucano da Ponte - Presidente Executivo; Ivanildi Lustosa de Sousa Augusto - Supervisora Financeira

É permitida a transcrição das matérias, desde que citada a fonte. Solicita-se a remessa de um exemplar da publicação.

## Abrasca promove entrega do 11º Prêmio Imprensa

No dia 29 de setembro de 2017, aconteceu a **11ª edição do Prêmio Imprensa**, organizado pelo Comitê Consultivo de Educação da CVM. Os jornalistas premiados receberam seus troféus e certificados em cerimônia durante almoço realizado pela **Abrasca**.

Em seu discurso de abertura do evento, o presidente da **Abrasca**, Alfried Plöger, ressaltou que a sociedade do Século XXI está baseada na informação quase instantânea. Nesse contexto, a mídia passou a ter um papel social muito mais relevante e uma responsabilidade ainda maior sobre o conteúdo que veicula. Portanto, ela deve se pautar pelo equilíbrio e isenção dando ao leitor o direito da análise e da decisão objetivas.

“No caso específico do mercado de capitais, esta tarefa é extremamente relevante, pois permite a um número expressivo de investidores tomar decisões conhecendo os riscos, as oportunidades e os seus direitos legais. E isso não se aplica somente ao investidor iniciante, mas também ao investidor já qualificado, ou seja, aquele que conhece os mecanismos do mercado de capitais brasileiro” – afirmou.

Conforme noticiado no S&C 1367, o prêmio é uma iniciativa com objetivo de colaborar com a educação financeira, estimulando a imprensa a veicular matérias e reportagens que esclareçam oportunidades e riscos dos investimentos para pessoas físicas no mercado de capitais, auxiliando na formação de investidores mais conscientes.

Estiveram presentes representantes das instituições que compõem o Comitê: CVM, **Abrasca**, Abvcap, Anbima, Ancord, Apimec, B3, IBGC e Ibri. Foi o primeiro evento do novo Presidente da CVM, Marcelo Santos Barbosa, com o Comitê de Educação.

Os grandes vencedores este ano foram: **Adriana de Brito Cotias**, na categoria **Jornal (Cobertura Nacional)**. Matéria: “Investidor contesta perda em estratégia mais arriscada”, publicada em 08/11/2016 no **Jornal Valor Econômico**.

**Hamilton Bunn Ferrari**, na categoria **Jornal (Cobertura Local/Regional)**. Matéria: “Agarrando os juros altos”, publicada em 31/07/2016 no **Correio Braziliense**.

**Fernanda Guimarães**, na categoria **Mídia Digital**. Matéria: “Conselheiro independente sem conhecimento do negócio entra na mira de acionistas”, publicada em 19/08/2016 na **Agência Estado**.

**Patrícia Oliveira Rodrigues Valle**, na categoria **Revista**. Matéria: “Como ganhar dinheiro no pós-crise”, publicada em 31/08/2016 na revista **Exame**.

Plöger registrou a satisfação da **Abrasca** em fazer parte do Comitê Consultivo de Educação, instituído pela CVM que, em janeiro de 2018, irá comemorar 12 anos de existência. “Ao longo de mais de uma década, várias iniciativas foram criadas com o propósito de promover e apoiar projetos educacionais que contribuam para a melhoria dos padrões de educação financeira da população brasileira” – disse o presidente.

## CANC discute efeitos de impostos diferidos de acordo com o CPC 32

No dia 26 de setembro, a **CANC - Comissão de Auditoria e Normas Contábeis da Abrasca** – se reuniu, em **Belo Horizonte**, na sede da **IBS - Business School**.

**Maria Claudia Nunes**, representante de associada **Kinross Brasil Mineração**, coordenou a reunião.

Participantes: **Alexandre Furtado (Abrasca)**, **Angela Alves (Briogoldinc)**, **Angelica (Iguaçu)**, **Bill Francis (Jaguarmining)**, **Carla Simões (Anglo American)**, **Daniel Menezes (Grant Thornton)**, **Daniela Bezerra (Novelis)**, **Daniela Nogueira (Anglo American)**, **Denilson Ferreira (Embraer)**, **Denis Boscolo Bais (Yamana)**, **Elcione Soares (Copasa)**, **Everton Luz (Dow)**, **Fernanda Furtado (Cmpcrs)**, **Flavia Diniz (Briogoldinc)**, **Flavio Silveira (Ferrous)**, **Frederico Deodoro (Kinross)**, **Guilherme Cadar (Yamana)**, **Gustavo de Andrade (Kinross)**, **Hamilton (Iguaçu)**, **Hiroto (Iguaçu)**, **Ivanisa Baeta (Novelis)**, **Julia Rocha (Anglo)**, **Juliana (Cmpcrs)**, **Juliana P. Mascarenhas (Kinross)**, **Juliano Jorge (Kinross)**, **Katia M. Pires (Kinross)**, **Klaus Rohrbach (Anglo)**, **Lucas (Samarco)**, **Marcelo Paulino (MRV)**, **Marcelo Barbosa (Kinross)**, **Maria Claudia Nunes (Kinross)**, **Mariana Santos (Jaguarmining)**, **Oldair Mourão (Cenibra)**, **Paulo Vinicius da Silva (Yamana)**, **Patricia Correa Brito (Anglo)**,

**Paulino Junior (Embraer)**, **Phillip Lima (Jaguarmining)**, **Ricardo Marques (Kpmg)**, **Roberto Barco (Mrv)**, **Rodrigo Araujo (Ferrous)**, **Sebastião Sérgio (Anglo)**, **Tiago Miranda (Ferrous)**, **Vicente S. Cantalice (Kinross)**, **Vinicius Ferreira de Almeida (Briogoldinc)**, **Wagner Henrique Pereira (Briogoldinc)**.

### Tributos sobre o Lucro

O debate ocorreu principalmente em torno dos efeitos do reconhecimento de impostos diferidos de acordo com o **CPC 32** quando a base tributável dos ativos e passivos não monetários de uma entidade é determinada em uma moeda diferente da sua moeda funcional.

Foi realizada apresentação sobre o tema pelo sócio-diretor da **KPMG**, **Ricardo Marques**, e pelo professor da **EPC Abrasca**, **Paulino Meira**.

A norma diz que se o lucro tributável ou prejuízo fiscal da entidade (e, assim, a base fiscal de seus ativos e passivos não monetários) é determinado em uma moeda diferente, as alterações na taxa de câmbio originam diferenças temporárias que resultam em um passivo fiscal diferido reconhecido ou ativo. O tributo diferido resultante é debitado ou creditado nos resultados, ainda que os ajustes acumulados de conversão tenham seu efeito na conta outros resultados abrangentes (OCI). O **IFRIC** ratificou essa interpretação em reunião ocorrida em janeiro de 2016.

Do ponto de vista conceitual, apesar de conferir uniformidade ao tratamento contábil, o parágrafo 41 do **IAS 12 (CPC 32)** não permite a comparabilidade entre as informações das companhias, principalmente, quando se trata dos efeitos avaliados junto com outras empresas que não tem moeda funcional diferente da base fiscal. Neste contexto, a norma vem em oposição ao que rege o **QC 23 do IAS 1**, que trata da estrutura conceitual básica da contabilidade:

“Comparabilidade não é uniformidade. Para que uma informação seja comparável, itens similares devem ser tratados de maneira similar e itens diferentes de maneira diferente. Comparabilidade da informação financeira não se trata de comparar itens diferentes de maneira semelhantes ou itens semelhantes de maneira diferente.”

Outro ponto relevante é a distribuição dos lucros das companhias (dividendos, remuneração variável, etc.) diretamente afetada pelo cálculo do **IR diferido** sobre os itens de balanço.

O entendimento é que questões contábeis referentes aos itens não monetários do balanço não deveriam afetar a performance da empresa.

Além disso, segundo a própria IAS 12 (CPC 32), as empresas que não apuram lucro tributável, não deveriam registrar o imposto diferido. Sendo assim, não faria sentido que o IR diferido fosse reconhecido sobre os itens não monetários no caso daquelas que não apuram lucro tributário.

Após a apresentação, houve intenso debate sobre como proceder em relação ao tema, tendo em vista, que não há mais a possibilidade de se pleitear algo junto ao IFRIC nesse momento, somente no futuro. Diante disso, foi criado um Grupo de Trabalho da CANC para elaborar um documento das companhias em relação ao cálculo do IR diferido sobre as diferenças temporárias decorrentes de moeda funcional. Em seguida, ele será apresentado ao Ibracon para verificar se há convergência de pensamento, para que futuramente se vá ao IFRS Foundation expor o tema ou aguardar uma nova Agenda Consultation para a inclusão de uma revisão da norma IAS 12/CPC 32.

### **Impactos do IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil – nas empresas**

O tema foi apresentado pelo sócio-diretor de Contabilidade da KPMG, Jonas Morbidelli, que discorreu sobre os impactos principais da nova norma sobre arrendamento mercantil.

A apresentação foi realizada com base no material técnico preparado pela KPMG sobre o IFRS 16: <https://goo.gl/oTk2VV>.

Jonas se colocou à disposição dos presentes para eventuais dúvidas futuras sobre o tema.

### **Redução de Custos, através de Crowdfunding do Programa de EPC Abrasca**

A EPC **Abrasca** - educação profissional continuada em tributação e contabilidade – iniciará um novo ciclo de cursos em setembro e outubro de 2017, em São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro. Os temas são os impactos tributários dos Pronunciamentos Contábeis IFRS 9, 15 e 16, além dos esclarecimentos sobre a IN 1700, regulação da RFB que disciplina a Lei 12.973/14.

Até o momento, foram realizados cursos em São Paulo e Belo Horizonte, e segundo os alunos presentes à reu-

nião em Belo Horizonte, poucos são os cursos que conferem pontuação para o contador com a qualidade da EPC **Abrasca**. Destacaram a qualidade dos palestrantes, que são profissionais experientes no mercado, grandes especialistas nos temas, como o superintendente Contábil da MRV, José Roberto Diniz, que palestrou sobre os Impactos do IFRS 15 nas incorporadoras Imobiliárias e, Marcio Tonelli, ex-auditor fiscal e especialista em SPED atualizou os participantes com as informações mais relevantes sobre o tema. Além de contarem com aulas dos professores Ricardo Lopes Cardoso, Edison Fernandes e Christiano Santos.

Os cursos são todos realizados em formato de crowdfunding (financiamento coletivo), que possibilita a redução do custo de treinamento mantendo-se a qualidade de conteúdo da EPC **Abrasca**.

Acesse aqui todas as informações sobre os novos cursos de outubro, novembro e dezembro de 2017: <https://goo.gl/X34mdy>. Ou, para maiores informações, ligue para: **Abrasca** – Alexandre Furtado (21) 98568-0553 e Sarita Bucher (11) 96666-8083.

Não havendo mais assunto a ser debatido, foi encerrada a reunião.

### **COJUR debate Stock Options**

Participantes: Leonardo Barbosa, Cristiane Pimentel, Alexandre Fischer (**Abrasca**), Fernanda Bezerra (SulAmerica), Leonardo Vasconcelos, João Paulo Nogueira (Multiplan), Vivian Eskenazi (BMA Advogados), João Paulo Barros, Guilherme Fiúza (Energisa), Diego Migueta (Vaz, Barreto Advogados), Fernanda Balieiro e Eduardo Mattevi (Veirano Advogados), Lucas Barbosa, Cristiane Matsumoto e Jorge Lopes (Pinheiro Neto advogados), Olivia Pinto (Localiza), Lucas Ometto, Nair Janson, Luciana Aguiar (BCCS Advogados), Caroline Freitas (Fibria), Igor Nascimento de Souza (Madrona Advogados), Andrea Leandro (AES Eletropaulo).

A reunião do GT aconteceu às 16h30, nas sedes do BMA Advogados, no Rio de Janeiro e em São Paulo, com transmissão simultânea por videoconferência entre os escritórios, viabilizando a participação dos associados das duas cidades e evitando custos de deslocamento.

O gerente de Operações da **Abrasca**, Alexandre Fischer relembrou os presentes que na última reunião da Comissão de Mercado de Capitais – COMEC e Comissão Jurídica – COJUR da **Abrasca**, realizada em São Paulo no último dia 14 de setembro, ao debaterem o tema Stock Options Plans (SOP), ficou deliberado pelos presentes que o Grupo de Trabalho – “GT SOP” – se reuniria para dar andamento ao assunto.

A representante do Bocater, Luciana Aguiar, relembrou o esforço que foi feito no âmbito da edição da MP 627/13, convertida na Lei 12.973/14, que reformou o sistema fiscal brasileiro, para conferir segurança tributária aos planos de remuneração em ações. Vivian Esquenazi, que também participou do esforço da **Abrasca** na edição da MP 627/13, complementou que não foi possível chegar a um consenso que garantisse segurança aos planos que já existiam no âmbito da lei tributária antiga: em qualquer das hipóteses examinadas pelo GT, algum modelo de programa de remuneração em ações ficava sempre desenquadrado.

A representante da Ambev relatou que a experiência internacional mostra que a regulamentação dos planos de remuneração em ações, na maioria das jurisdições onde a companhia atua, especifica características operacionais (vesting, discount price, etc) que distinguem os planos que podem ser considerados operação mercantil e aqueles que necessariamente são tratados – e tributados – como remuneração. A representante da companhia entende que a **Abrasca** deveria desenvolver inteligência específica para subsidiar a montagem dos SOPs pelas companhias associadas.

Os presentes concordaram e ponderaram que não deveria haver direcionamento de esforços para alterar a Lei 12.973/14, dado que as companhias utilizam a dedutibilidade das despesas com os planos de remuneração em ações garantida pela Lei. Contudo, concordaram que é possível obter sucesso na proteção dos SOPs da incidência de contribuição social e IR da pessoa física.

Assim, o GT deliberou pela atuação em três frentes:

(i) A primeira delas, coordenada pelo associado Pinheiro Neto Advogados, estudará a inserção de uma hipótese de isenção na Lei nº 8.212/91 que trata da organização da Seguridade Social e institui seu plano de custeio. A ideia é

deixar explícito que os planos de remuneração em ação não constituem parte desse custeio;

(ii) A segunda frente, coordenada pelo associado BMA Advogados, estudará a possibilidade de incluir uma hipótese de isenção no Decreto nº 3.000/99 que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer natureza (o Regulamento do Imposto de Renda ou "RIR"); e

(iii) Uma terceira frente, que atuará posteriormente conforme sugestão de representante da Ambev, ficará responsável pela elaboração de um Projeto para elevar a garantia das companhias na prática de SOP, apontando quais as características que o Plano de Stock Options deve ter para ser considerado uma operação mercantil.

O Grupo deliberou em seguida pelo início dos trabalhos e que após concluído, o material seja circulado aos membros do GT SOP e, na sequência, apreciado em reunião plenária da COJUR a ocorrer no final de outubro, entre os dias 24 e 26.

Terminadas as discussões e deliberações o gerente de Operações da **Abrasca** Alexandre Fischer agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.

## Gente

### **Petrobras: Diretor de Governança volta ao cargo**

A Petrobras informou que o Conselho de Administração (CA), em reunião realizada no dia 28, reconduziu ao cargo o Diretor de Governança e Conformidade (DGC) da empresa, **João Adalberto Elek Júnior**, que estava afastado desde agosto.

O Conselho se baseou na decisão de improcedência da denúncia tomada pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP) no dia 18 de setembro de 2017, que também reconsiderou a aplicação da sanção de advertência.

### **BB elege membros do Comitê de Auditoria**

O gerente geral de Relações com Investidores do Banco do Brasil, Bernardo Rothe, informou que no dia 18 de setembro o Conselho de Administração elegeu, para compor o Comitê de Auditoria do Banco, Antonio Carlos Correia, Luiz Spinola e Marcos Tadeu de Siqueira.

## Notas S&C

### **AES Tietê: acordo de investimento**

A AES Tietê comunicou que fechou acordo com a Cobra Brasil para investir R\$ 650 milhões na construção do Complexo Bauru em Guaimbê, em São Paulo.

### **Itaú: distribuição de dividendos**

O diretor de Relações com Investidores do ItaúUnibanco comunicou que o banco quer manter a prática de pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio mínimo de 35% sobre o lucro líquido consolidado recorrente e retirar o limite máximo atualmente fixado em 45%. O total a ser distribuído a cada ano será fixado pelo Conselho de Administração.

### **Rossi: Cade aprova fim de joint venture**

O Cade aprovou o término da joint venture entre a Rossi Residencial e a Construtora Capital para o desenvolvimento de negócios imobiliários no Amazonas e Pará. A Rossi anunciou ao mercado o fim da parceria no dia 29 de agosto, como parte do processo de reestruturação operacional e estratégica de suas atividades.

### **Embraer: encomenda de 20 E-Jets**

O diretor de Relações com Investidores da Embraer, José Antonio de Almeida Filippo, anunciou no dia 02 de outubro que recebeu um pedido firme da SkyWest para compra de 20 E-Jets. A encomenda tem valor de US\$ 914 milhões e será incluída na carteira de pedidos da empresa do terceiro trimestre de 2017. "Combinado com o anúncio do mês passado, para 25 aeronaves, o pedido de hoje resulta em uma encomenda total de 45 novos aviões feita pela SkyWest", explicou Filippo.

## Semana no Congresso

Segue a pauta das atividades legislativas da Câmara e do Senado selecionada pelo associado **Souza, Cescon, Barriou & Flesch Advogados** para a semana de **02 a 06 de outubro de 2017**:

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

#### **Plenário**

O Plenário da Câmara dos Deputados pautou para esta semana as seguintes proposições legislativas:

- **Política Econômica e Sistema Financeiro.** O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, a Medida Provisória nº 784/2017 que trata do processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários. **Acesse em:** <https://goo.gl/c7Ln1e>.

### **Comissões**

#### **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ("CCJC")**

A CCJC realiza no dia 3 de outubro, às 14h30min, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

#### **Comissão Especial do Projeto de Lei nº 2.303/2015 – Moedas Virtuais**

- **Audiência Pública. Moedas Virtuais.** A Comissão Especial realiza audiência pública no dia 3 de outubro, às 10 horas, para debater o PL 2.303/2015 que trata da inclusão das moedas virtuais e programas de milhagem aéreas na definição de "arranjos de pagamento" sob a supervisão do Banco Central, no que diz respeito aos Planos de Fidelização e seus impactos juntos aos consumidores. Foram convidados os Senhores Otávio Araújo (Diretor da Associação Brasileira das Empresas do Mercado de Fidelização - ABEMF e Vice-Presidente de Operações da Dotz), Ricardo Gazetta (Diretor de Novos Negócios da Multiplus Fidelidade – TAM), André Fehlauer (Diretor de Produtos da Smiles – GOL), a Senhora Manuela de Carvalho Sanches (Diretora Jurídica da LIVELO), e os representantes do Clube Tudo Azul (AZUL), Avianca (AVIANCA), e da Cliente Mais (Pão de Açúcar).

#### **Comissão de Finanças e Tributação ("CFT")**

- **Audiência Pública. ICMS.** A CFT realiza no dia 3 de outubro, às 14 horas, audiência pública para debater a incidência do ICMS sobre o Comércio Eletrônico. Foram convidados os Senhores Wilson José de Paula (Secretário de Fazenda do Distrito Federal), Giovanni Batista Feltes (Secretário de Fazenda do Rio Grande do Sul), Manuel dos Anjos Marques Teixeira (Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária) e Adelmir Santana (Presidente da Federação Nacional do Comércio).

No dia 4 de outubro, às 9h30min, a CFT realiza reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

• **Substituição Tributária.** O Projeto de Lei Complementar nº 420/2014 altera a Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), de forma garantir o crédito correspondente da substituição tributária ao Microempreendedor Individual - MEI ou o contribuinte optante do Simples Nacional. O relator desse projeto é o Dep. Aluisio Mendes (PTN – MA). **Acesse em:** <https://goo.gl/AKjnQg>.

• **Incentivos Fiscais. Empresas de Lucro Presumido.** O Projeto de Lei nº 1.737/2015 autoriza o aproveitamento dos incentivos fiscais da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991 (Lei Rouanet), pelas empresas optantes do lucro presumido na apuração do imposto de renda. O relator desse projeto é o Dep. Aluisio Mendes (PTN-MA). **Acesse em:** <https://goo.gl/briUv2>.

#### **Comissão de Defesa do Consumidor (“CDC”)**

• **Audiência Pública. Locações.** A CDC realiza no dia 3 de outubro, às 14h30min, audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 4.447/2012 que acrescenta novo parágrafo 2º ao art. 17 da Lei de Locações para disciplinar a cobrança de aluguel em centros comerciais (shopping centers). Foram convidados os Senhores Douglas Finardi Ferreira (Diretor de Políticas de Comércio e Serviços do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços), Glauco Humai (Diretor Presidente da Associação Brasileira de Shopping Centers – Abrasce), Paulo Kruse (Presidente do Sindicato dos Lojistas de Porto Alegre – Sindilojas Porto Alegre), Nabil Sahyoun (Presidente da Associação Brasileira de Lojistas de Shopping – Alshop), Nilo Oliveira – Advogado) e Nadim Donato (Presidente do Sindicato de Lojistas de Belo Horizonte - Sindilojas BH).

#### **Comissão Especial do Projeto de Lei 1.572/2011 – Novo Código Comercial**

A Comissão Especial do Projeto de Lei nº 1.572/2011 que institui o Novo Código Comercial realiza reunião deliberativa em 3 outubro, às 14 horas, para discussão do parecer do relator Dep. Paes Landim (PTB-PI). **Acesse em:** <https://goo.gl/sn4AuP>.

#### **Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (“CDEICS”)**

A CDEICS no dia 4 de outubro, às 9h30min, realiza reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes temas:

• **Responsabilidade Solidária entre Sócios.** O Projeto de Lei nº 6.783/2016 altera o Código Civil para tratar da faculdade dos sócios estipularem contratualmente a responsabilidade solidária face às obrigações sociais. O relator desse projeto é o Dep. Cesar Souza (PSD-SC). **Acesse em:** <https://goo.gl/RDzEKJ>.

• **Responsabilidade Solidária – Administrador de Shopping.** O Projeto de Lei nº 2.305/2015 atribui responsabilidade solidária por descumprimento da legislação que disciplina a oferta e as formas de afiação de preços para o consumidor à entidade responsável pela administração de shopping center, centro de compras ou local de comércio assemelhado, e dá outras providências. O relator desse projeto é o Dep. Lucas Vergílio (SD-GO). **Acesse em:** <https://goo.gl/95DT8K>.

• **Contratos de Parcerias Público-Privadas.** O Projeto de Lei nº 7.063/2017 altera a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004 (PPP) para reduzir o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados, Distrito Federal e Municípios. O relator desse projeto é o Dep. Jorge Côrte Real (PTB-PE). **Acesse em:** <https://goo.gl/jZMQyN>.

• **Regime Simplificado de Publicidade de Atos Societários.** O Projeto de Lei nº 7.609/2017 altera o art. 294 da Lei das Sociedades por Ações para ampliar para R\$ 10.000.000,00 o valor máximo admitido de patrimônio líquido para que a sociedade anônima de capital fechado faça jus ao regime simplificado de publicidade de atos societários. O relator desse projeto é o Dep. Walter Ihoshi (PSD-SP). **Acesse em:** <https://goo.gl/wS27Qi>.

• **Sociedade Simples. Exclusão de Sócio.** O Projeto de Lei nº 2.660/2015 altera os arts. 1.006 e 1.007 do Código Civil para fins de estabelecer punição de exclusão ao sócio de sociedade simples que, salvo convenção em contrário, empregar-se em atividade estranha à sociedade. O relator desse projeto é o Dep. Vinicius Carvalho (PRB-SP). **Acesse em:** <https://goo.gl/pzrwd9>.

#### **Comissão de Minas e Energia (“CME”)**

• **Audiência Pública. Lavra.** A CME realiza audiência pública no dia 4 de outubro, às 9h30min, para debater as cessões parciais de permissão de lavra garimpeira e concessão de Direito Mineral no estado do Maranhão. Foram convidados os Senhores Sr. Vicente Humberto Lôbo Cruz (Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério das Minas e Energia – MME), Victor Hugo Froner Bicca (Diretor-Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM), Esteves Pedro Colnago (Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM), Luiz Antônio Vessani (Diretor-Executivo da Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral – ABPM), César Torresini (Diretor-Presidente da Empresa Mineração Aurizona S.A.), Raimundo Benigno Moreira (Presidente da Central das Cooperativas Associadas da Província Mineral do Oeste Maranhense) e Gesse Simão de Melo (Vice-Presidente da Central das Cooperativas Associadas da Província Mineral do Oeste Maranhense).

#### **SENADO FEDERAL**

##### **Comissões**

#### **Comissão de Serviços de Infraestrutura (“CI”)**

A CI realiza no dia 3 de outubro, às 9 horas, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte Projeto:

• **Investimentos Públicos em Infraestrutura.** O Projeto de Lei do Senado nº 235/2014 altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011 (Lei do Sistema Nacional de Viação – SNV), para determinar que os investimentos públicos em infraestrutura e operação dos serviços de transportes sejam regidos por critérios econômicos. O relator desse projeto é Sen. Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). **Acesse em:** <https://goo.gl/iZVr4C>.

#### **Reunião Conjunta das Comissões Mistas de Medida Provisória**

**Audiência Pública. Mineração.** A Comissão Mista da Medida Provisória nº 789/2017 e da Medida Provisória nº 790/2017 realizam no dia 3 de outubro, às 10 horas, a 1ª Reunião Conjunta das Comissões Mistas, para debater as medidas provisórias que modificam o

setor minerário. Foram convidados os Senhores Fernando Coelho Filho (Ministro de Estado de Minas e Energia), José Sarney Filho (Ministro de Estado do Meio Ambiente), Simão Jatene (Governador do Estado do Pará) e Fernando Pimentel (Governador do Estado de Minas Gerais).

**Comissão Mista da Medida Provisória nº 789/2017 (“CMMPV 789/2017”)**

• **Audiência Pública. CFEM.** A Comissão Mista realiza audiência pública no dia 3 de outubro, às 14 horas, para debater a Medida Provisória nº 789/2017 que trata da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Foram convidados os representantes do Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM, Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa Mineral – ABPM, Associação Brasileira para o Progresso da Mineração – APROMIN, Associação das Empresas Mineradoras das Águas Termais de Goiás – AMAT, Associação Brasileira das Indústrias de Águas Minerais – ABINAM, Associação Brasileira de Carvão Mineral – ABCM, e da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para Construção – ANEPAC.

**Comissão Mista da Medida Provisória nº 791/2017 (“CMMPV 791/2017”)**

• **Audiência Pública. ANM.** A Comissão Mista realiza audiência pública no dia 3 de outubro, às 9h30min, para debater a Medida Provisória nº 791/2017 que cria a Agência Nacional de Mineração (ANM) e extingue o Departamento

Nacional de Produção Mineral. Foram convidados os representantes Ministério Público Federal, Associação Nacional dos Servidores do DNPM – ANSDNPM, Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação – Sinagências, e União Nacional dos Servidores de Carreira das Agências Reguladoras Federais – UnaReg.

**Comissão Mista da Medida Provisória nº 790/2017 (“CMMPV 790/2017”)**

• **Audiência Pública. Código de Mineração.** A Comissão Mista realiza audiência pública no dia 3 de outubro, às 16 horas, para debater a Medida Provisória nº 790/2017 que altera o Código de Mineração. Foram convidados os Senhores Helenilson Cunha Pontes (Professor Universitário, Advogado Tributarista e Ex-Vice-Governador do Estado do Pará), Elmer Prata Salomão (Presidente do Conselho Consultivo da ABPM e Ex-Diretor-Geral do DNPM) e os representantes do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI e Codelco do Brasil.

**NOVOS PROJETOS DE LEI**

Abaixo seguem novas proposições legislativas protocoladas no Congresso Nacional na semana passada, e que podem impactar a esfera privada.

**Câmara dos Deputados**

• **Gravação de Pregão.** O Projeto de

Lei nº 8.684/2017 altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações), para estabelecer a obrigatoriedade de gravação audiovisual de todos os atos que compõem o procedimento licitatório. **Acesse em:** <https://goo.gl/mMuJCf>.

• **Responsabilização Administrativa e Civil.** O Projeto de Lei nº 8.685/2017 altera o art. 25 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei da Empresa Limpa), para disciplinar que prescrevem em 5 anos as infrações previstas nesta Lei, contados da data da ocorrência da infração. **Acesse em:** <https://goo.gl/24ejys>.

• **Combate a Corrupção.** O Projeto de Lei nº 8.727/2017 estabelece medidas de combate à corrupção e à impunidade. **Acesse em:** <https://goo.gl/B31fG6>.

**Senado Federal**

• **Energia Elétrica.** O Projeto de Lei do Senado nº 356/2017 altera as Leis nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996 (Lei que institui a ANEEL), e nº 9.991, de 24 de julho de 2000 (Lei que trata da realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética), para incentivar a modernização das instalações do serviço público de distribuição de energia elétrica. **Acesse em:** <https://goo.gl/4dVFYL>.

**Congresso**

• **Microcrédito.** A Medida Provisória nº 802/2017 trata sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. **Acesse em:** <https://goo.gl/n5TReS>.

**Calendário do Conselho Diretor/Diretoria 2017/2018**

Evento	Data	Local
Reunião do Conselho Diretor/Diretoria	30/11/2017	Souza Cescon Advogados / SP
Reunião da Diretoria	18/01/2018	Rio de Janeiro
Reunião da Diretoria	15/03/2018	São Paulo